

A PSEUDO-CONCRETICIDADE DO CONCEITO DE SUBJETIVIDADE NA PSICOLOGIA

THE PSEUDO-CONCRETIVITY OF THE CONCEPT OF THE SUBJECTIVITY IN PSYCHOLOGY

Lenita Gama CAMBAÚVA¹
Silvana Calvo TULESKI²

RESUMO

O objetivo deste texto é, através do pensamento de Saviani (2004), considerar as categorias problematização e reflexão como uma forma de abordar o conceito da subjetividade na psicologia, buscando elucidar se há possibilidade de constituição de uma psicologia considerada crítica. Para essa reflexão, propomos a análise de Vigotski (1996) quando, ao identificar a crise da psicologia, considera o que denomina de psicologia burguesa, dualista por separar subjetividade e objetividade tanto nas teorias como nas práticas psicológicas, acaba por desembocar, devido à exclusão de um daqueles termos pela adoção da lógica formal, ora no materialismo mecanicista, ora no idealismo e ambos, em última instância, na metafísica. Esse autor, a partir, portanto, do referencial marxista, propõe uma psicologia crítica que supere as anteriores, ao considerar a relação dialética entre objetividade e subjetividade na constituição humana, isto é, a constituição do homem em suas múltiplas relações, ou o homem concreto postulado por Saviani (2004). Tal concepção de homem, que não opera com a lógica da exclusão, é considerada aqui a saída para a superação da crise que assola a psicologia ainda hoje.

Palavras-chave: História da Psicologia; Materialismo-Histórico; Subjetividade.

ABSTRACT

The purpose of this text is, through an analysis of Saviani's thought (2004), to consider the categories problematization and reflexion as a way to approach the concept of the subjectivity in psychology,

¹ Mestre em Educação pela PUC-SP. Docente, Curso de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá, PR. E-mail: <lgcambauva@ig.com.br>.

² Doutora em Educação Escolar pela UNESP-Araraquara. Docente, Curso de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá, PR. E-mail: <silvanatuleski@teracom.com.br>.

and to search for the possibility of constitution of a psychology considered critical. To this reflection, we also propose the analysis of Vigotski's thought (1996), when, identifying the psychology crisis, he considers dualist what he calls bourgeois psychology, hence it separates subjectivity and objectivity not only in the psychological theories but in the practice ones, and reaches, due to the exclusion of one of those terms by the adoption of the formal logic, either the mechanistic materialism, or idealism and, both, the metaphysics. This author, according to the Marxist reference, proposes a critical psychology that surpasses the previous ones. He does this by considering the dialectic relation between objectivity and subjectivity in the human constitution, that is, man's constitution in its multiple relations, or the concrete man postulated by Saviani (2004). Such conception of man, that does not operate with the logic of exclusion, is considered here the way to overcome the crisis that still devastates psychology today.

Keywords: *Psychology History; Historical Materialism; Subjectivity.*

INTRODUÇÃO

Antes de apresentarmos nossa argumentação a respeito do que seja a pseudo-concreticidade do conceito de subjetividade na Psicologia, consideramos importante esclarecer o que entendemos aqui por subjetividade. Tomamos como base os conceitos explicitados em Ferreira (1999, s/p), que considera *subjetividade* o “que é válido para um só sujeito e que só a ele pertence, integrando o domínio das atividades psíquicas, sentimentais, emocionais, volitivas, que provém de um sujeito enquanto agente individual, ou coletivo”, e, *consciência* como um “atributo altamente desenvolvido na espécie humana pelo qual o homem toma conhecimento de sua relação com o mundo (e, posteriormente, em relação aos chamados estados interiores, subjetivos), criando a possibilidade de níveis mais altos de integração”. Ao discutirmos a subjetividade em suas características humanas, observamos que os dois conceitos se interpenetram e se unificam e, portanto, serão tomados aqui como sinônimos.

Feito esse esclarecimento, outro se apresenta, isto é, o pressuposto norteador deste artigo é o de que a psicologia tradicional ou burguesa, por ter sua gênese enquanto ciência, na primeira crise do capital (FIGUEIREDO & SANTI, 2004), tende a apreender o real de forma imediata, na empiria. Dessa forma, a

conseqüência é um conceito de subjetividade ora como um atributo natural do homem, ora como um atributo que, apesar de ser humano, transcende o próprio homem, o que se configura um aparente dualismo. Para Kosik (2002) entre outras, são condições que propiciam o mundo da pseudo-concreticidade: “O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens” (p.15).

Mas, para irmos além da imediatividade do conceito de subjetividade em psicologia, propomos a problematização do tema, entendendo *problema* tal como Saviani (2004, p.15), isto é, a necessidade de conhecer, que implica tanto o aspecto subjetivo, “[...] a conscientização de uma situação de necessidade” [...] como o aspecto objetivo “[...] uma situação conscientizadora da necessidade”.

Após esses primeiros esclarecimentos conceituais, procuraremos discutir o quanto a Psicologia, historicamente, vem oscilando entre a objetividade da subjetividade - que significa engessá-la aos moldes científicos precisos, com métodos voltados para a observação e mensuração daquilo que se apresenta ao real -, e o subjetivismo da subjetividade, ao entendê-la como fundadora do real e do psiquismo. Eis

assim a necessidade de adentrar esse tema, problematizando-o, através da *reflexão* enquanto “[...] ato de retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, vasculhar numa busca constante de significado” (SAVIANI, 2004, p.16). Ainda segundo esse autor, a reflexão requer algumas exigências metodológicas como radicalidade no sentido de ir aos fundamentos; rigor no sentido de sistematizar o problema; e globalidade, no sentido de entender o problema numa determinada totalidade.

A crise da psicologia na atualidade

A Psicologia burguesa tende a apreender o conceito da subjetividade na perspectiva da lógica formal, dado que os termos objetividade e subjetividade se excluem, o que resulta naquilo que Vigotski (1996) já denominou, no início do século passado, de *significado histórico da crise da psicologia*, que constitui a divisão da psicologia em duas, que aparentemente se opõem: o materialismo mecanicista e o subjetivismo. Ambas, no entender desse autor, possuem uma oposição apenas “aparente”, pois, ao se analisarem seus fundamentos ou “ir às raízes” acabam chegando a um beco sem saída, ao explicar as características humanas como algo dado *à priori*, quer seja pela estrutura biológica, quer seja pelo espírito, desembocando na metafísica (LEFÉBVRE, 1979).

A lógica formal, apoiada na concepção empirista/naturalista, entende o conhecimento empírico como aquele que se dá na relação imediata, sensível com o real. Entende como naturais as características definidoras do homem e também como universais e absolutas. Nessa ótica, não há necessidade de problematizar, pois o dado imediato é o dado verdadeiro que dá garantia da veracidade do real. Em segundo lugar, em decorrência dessa atitude metodológica – considerar como real o que aparece –, não há por que ter rigor, nem radicalidade, pois o empirismo explica a constituição do real a partir de sua positividade, do seu aparecer. Não há por

que se tentar entender a subjetividade como expressão de uma totalidade que vai além do imediato.

No entanto, parafraseando Marx, se os homens fossem capazes de apreender de forma imediata as conexões entre os fenômenos cuja essência se manifestasse diretamente aos sentidos, não haveria necessidade da ciência e da filosofia. E justamente pelo fato de o fundamento oculto dos fenômenos não se apresentar de imediato ao homem, mas só ser revelado a partir de uma atividade peculiar, há a necessidade do conhecimento científico e filosófico (MARX, apud KOSIK, 2002). Mas nessa atividade que é uma construção humana (histórica), entende-se que “o conhecimento se realiza como separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna, e com isso o caráter específico de cada coisa (KOSIK, 2002, p.18)”. Assim, não basta à Psicologia descrever os fenômenos observados, é preciso analisá-los, interpretá-los.

Mas tal interpretação não é algo subjetivo no sentido dado pela metafísica, como *único, particular*, em que cada apreensão do real se transforma em fenômeno individualizado, muito mais dependente das características subjetivas daquele que analisa, do que das propriedades extrínsecas e intrínsecas do objeto a ser conhecido. Essa concepção, levada às últimas conseqüências, transforma a ciência em meras oposições de interpretações particulares da realidade, ou mesmo na negação da existência da realidade objetiva fora do sujeito que a conhece, o que já foi criticado por Vigotski (1996) e Lefévre (1979).

Do exposto acima podemos constatar que a Psicologia Moderna, que já se encontrava em crise na época de Vigotski, vem dando lugar a uma outra, a Psicologia *pós-moderna*, a qual não pode ser considerada nova por não ser uma superação verdadeira daquela. De acordo com Duarte (2004), o pós-modernismo anuncia a morte do sujeito tendo como base três fatores: ser esse um representante da modernidade; ser

também representante do humanismo, e o fato de implicar a existência do objeto, ou seja, do mundo objetivo para além do subjetivo (ROSENAU apud DUARTE, 2004).

No entanto, para afirmar-se como uma novidade (e não como algo *novos*), foi preciso descartar a noção de sujeito sem abandonar a perspectiva individualista e aí se constituiu uma distinção entre sujeito e indivíduo, conforme Duarte (2004). O indivíduo, diferentemente do sujeito, por sua vez, não é uma *pessoa consciente, livre e autônoma*, é fragmentado, anônimo, flexível, sem pontos fixos de referência, interessado na diversidade e livre expressão de sua individualidade, sem preocupações com a coerência, concentração ou organização. “Atacar a concepção moderna de sujeito é, portanto, atacar a concepção moderna de ser humano (gênero humano, natureza humana, espécie humana)” (DUARTE, 2004, p. 226), o que se constitui *na total rendição à individualidade alienada*.

Começamos este item com as considerações sobre a lógica formal que ainda impera nas concepções psicológicas, para delinear o quanto a crítica vigotskiana sobre a Psicologia se reveste de atualidade. Para o autor, a crise da Psicologia era uma crise metodológica, isto é, havia necessidade de uma psicologia geral que direcionasse as disciplinas particulares, coordenasse dados heterogêneos, sistematizasse leis dispersas, interpretasse e comprovasse resultados, depurasse métodos e conceitos, estabelecesse princípios fundamentais que dessem coerência ao conhecimento acumulado. Assim, apoiando-se na tese de Engels de que a anatomia do homem seria a chave da anatomia do macaco, propunha que a Psicologia seguisse a direção: do mais complexo ao mais simples, do patológico ao normal, do homem ao animal e não o contrário, como vinha fazendo, isto é, reduzindo o mais complexo ao mais simples. Em suma, a crise estava instaurada pela necessidade de se buscar um princípio explicativo que a obrigasse (a Psicologia) a sair dos limites da ciência particular, situando os fenômenos num contexto mais amplo (VIGOTSKI, 1996, p.204-218).

Para Vigotski “a psicologia geral é a dialética da psicologia e essa última é a dialética do homem como objeto da psicologia (VIGOTSKI, 1996, p. 229-248)”, portanto, ao problematizar a ciência (no caso, a Psicologia), entendia que “não se deve estudar a ciência como produto de autores individuais, mas analisar a tendência histórica e objetiva das investigações científicas (VIGOTSKI, 1996, p.248-251)”. Portanto a *nova Psicologia* não se constituiria por meio de procedimentos ecléticos, nos quais diversos sistemas de idéias, díspares em seus fundamentos e conceitos, são unidos de maneira superficial. A única maneira de unir sistemas - leia-se a única correta para ele - seria *metodologicamente*, enquanto as demais tentativas não passariam de uniões realizadas *sem espírito crítico*.

De acordo com Vigotski, portanto, a linguagem científica é o instrumento do pensamento, o instrumento da análise. Ao analisar as diversas vertentes psicológicas de sua época, apontava que, por não haver um *princípio explicativo uno*, a linguagem psicológica era insuficientemente terminológica, isto é, a Psicologia não possuía *a sua linguagem*. O vocabulário psicológico corrente possuía três classes de palavras: palavras cotidianas, vagas e polissemânticas, adaptadas à vida prática (senso comum); palavras de linguagem filosófica desconectadas do seu significado original, também polissemânticas e abstratas, em consequência da luta entre as distintas escolas filosóficas, que foram absorvidas pelos diversos sistemas sem criticidade, e vocábulos tomados das ciências naturais e empregados *em sentido figurado* que muitas vezes serviam diretamente para enganar, com sua *pseudo-concreticidade*. E acrescenta: “a palavra, ao nomear um fato, proporciona ao mesmo tempo a filosofia do fato, sua teoria, seu sistema (VIGOTSKI, 1996, p. 297-318)”, e o seu contrário, quando não o esclarece, torna-se ideologia, mas tal análise só é possível quando se parte da lógica dialética e não da lógica formal.

Vigotski (1996) defendia que a ciência psicológica deveria começar a ser compreendida

dialeticamente, isto é, em seu movimento, “pela perspectiva de sua dinâmica, de seu crescimento, desenvolvimento e evolução” e o primeiro passo dado nesse sentido seria o reconhecimento da crise. Assim, fez considerações sobre a crise que assolava a Psicologia dizendo que ela se estabelecia em seus fundamentos, isto é, devido à sua inconsistência metodológica, que a dividia em duas (subjetivismo e materialismo mecanicista); ela era destruidora, mas benéfica e devia-se ao caráter intermediário do território da psicologia, entre a sociologia e a biologia, que podia possibilitar a síntese ou permanecer na cisão. Demonstrou, ainda, a impossibilidade e ineficácia de se realizar um trabalho psicológico sem estabelecer os princípios fundamentais dessa ciência, isto é, a Psicologia Geral, e; como resultante da crise estaria, colocada como tarefa geral posta historicamente, a criação de uma *nova* psicologia, a psicologia marxista, capaz de superar a cisão por adotar o método materialista-dialético para a análise da constituição humana.

O motor da crise, para Vigotski, foi o desenvolvimento da ciência aplicada, pois “a prática, como princípio construtivo da ciência, exige uma filosofia, uma metodologia da ciência”. Assim, a aplicação prática unilateral ou descontextualizada incita a ruptura ao revelar a ideologia que se disfarça em psicologia, possibilitando, através de suas contradições, que não resistem a uma análise radical (ou que vai à essência), paradoxalmente, a formalização da psicologia real, trazendo em primeiro plano a prática humana e a filosofia que a compreende (VIGOTSKI, 1996, p.343-353).

É nesse sentido que a Psicologia pós-moderna se afirma muito mais como continuidade do que como superação, pois nela estão embutidas todas as contradições apontadas anteriormente por Vigotski, que demonstram que a crise no âmbito da ciência psicológica ainda não foi superada. Isso se constata no processo de exacerbação das diferenças existentes entre as classes e indivíduos no atual estágio do capitalismo, fazendo com que a consciência se encontre cada vez mais fragmentada, o que é explicado pelos teóricos pós-modernos como

uma condição inerente ao homem e, portanto, universal. Como demonstrado, a Psicologia não se encontra à parte desse processo, podendo afirmar-se como ideologia mantenedora ou como Ciência capaz de realizar a análise e problematização das conseqüências dessas transformações, buscando a superação.

Assim, concordamos com Duarte (2004), quando afirma recusar o pensamento pós-moderno não somente por ser um produto cultural da sociedade burguesa, mas sim pelo “fato de se tratar de uma ideologia que, em vez de valorizar aquilo que de humanizador a sociedade burguesa tenha produzido, se entrega de corpo e alma à celebração do irracionalismo, do ceticismo e do cinismo”. A questão, portanto, é defender uma abordagem marxista capaz de superar os limites do Iluminismo “sem negar o caráter emancipatório do conhecimento e da razão”, que vá além da ciência posta a serviço do capital “sem negar o caráter indispensável da ciência para o desenvolvimento humano” (DUARTE, 2004, p.222-223).

Quando estendemos o ponto de vista acima para a Psicologia, significa também, como Vigotski (1996) fez, não negar a importância da psicologia para a compreensão dos fenômenos humanos, mas realizar a crítica à Psicologia burguesa - moderna ou pós-moderna - por se situar só no âmbito do singular, do particular, transformando-se numa ideologia. Assim restrita, a constituição da subjetividade começa e termina nela própria, porque na sua particularização, a psicologia, ao pensar a subjetividade, exclui a objetividade e, quando se propõe “objetiva”, nega a subjetividade, reduzindo os fenômenos psíquicos a fenômenos de ordem fisiológica.

A superação da lógica formal, que imprime esse dualismo, no âmbito da Psicologia pode-se dar através da lógica dialética, que, como método, pode auxiliar a entender objetividade e subjetividade como termos que só têm sentido quando referenciados um ao outro, e, portanto, não podem se excluir, pois se constituem na relação de um com o outro. A dialética, como método, conduz à reflexão com radicalidade, rigor e globalidade. Para a lógica dialética, o aparecer imediato é o começo da análise, mas é

preciso ir além, compreender como o fenômeno empírico se constitui (no caso da ciência psicológica), quais são as múltiplas determinações dessa constituição e somente assim é possível problematizar a questão através da radicalidade, do rigor e da totalidade.

A superação da lógica formal (e também da metafísica), portanto, pela lógica dialética implica não se apoiar na oposição que leva à exclusão. Essa idéia - oposição/exclusão - é que dá sustentação à concepção de ser humano com características universais, apriorísticas e absolutas (a idéia de que uma coisa é ou não é). A lógica dialética baseia-se na contradição, na determinação recíproca dos termos e, assim, exclui a possibilidade de exclusão. Ao contrário da lógica formal, a positividade do ser só é entendida se contiver sua negatividade (o não ser). Assim, “colocando-se numa perspectiva marxiana, a psicologia deveria tomar como seu objeto não o indivíduo empírico, como ocorre predominantemente, mas o indivíduo concreto” (SAVIANI, 2004, p.44), pois o primeiro é o que se dá à nossa percepção sensível, é o aparente, uma abstração, visto essa não alcançar as múltiplas relações que o configuram. Assim, tal como Vigotski o fez no início do século passado, queremos demonstrar a necessidade de superação desse dualismo existente na Psicologia, dado por meio da lógica formal (oposição/exclusão), pela lógica dialética (contradição e reciprocidade), possibilitando à psicologia a inversão da fórmula: ao invés de produzir ideologia, produzir a crítica da ideologia.

Há condições históricas para a superação da crise na atualidade?

Continuando na proposta inicial de radicalidade e rigor, faremos uma breve análise da constituição da Psicologia como ciência para apontar se existe, ou não, possibilidades de superação da crise. Assim, tomando Figueiredo (2002), podemos afirmar que a psicologia como ciência só foi possível no momento em que um modo de produção qualitativamente diferente dos anteriores se instaura no mundo ocidental.

Nas sociedades pré-capitalistas, pelo fato de terem um modo de produção estático, que se autodefinia a partir de regras internas, com vínculos pessoais e interdependência comunitária, propiciava-se a constituição de uma subjetividade exteriorizada, em que o indivíduo, para se constituir alguém, tinha como referência o mundo externo, o olhar social (Polis) ou o olhar divino (Deus).

Com o capitalismo, cujas características são: produção abundante de mercadoria, classe trabalhadora assalariada livre, propriedade privada, relação de troca mediada por um único produto (dinheiro), ideologia liberal pregando liberdade e igualdade, produz-se um novo homem. Um homem que conhece o mundo e a si próprio, a partir dele mesmo. As Revoluções - Científica, Industrial e Francesa - colocaram o homem no centro do mundo, seja como sujeito pensante, que possui capacidades e aptidões individuais para o trabalho, seja como indivíduo livre, autônomo. As Ciências Modernas desenvolvem-se contrapondo-se ao sobrenatural, estudando através da observação e mensuração, com o objetivo de previsão e controle, cada um de seus objetos de estudo.

Não podemos esquecer, no entanto, que o avanço das ciências naturais produziu importantes conhecimentos e conduziu ao desenvolvimento da indústria e da riqueza no período revolucionário e pós-revolucionário da sociedade burguesa, mas, por estarem esses saberes subordinados ao capital, ao mesmo tempo vieram a aumentar o fosso existente entre as duas classes envolvidas no processo de trabalho e a conseqüente exploração de uma pela outra. Assim, o contraste entre a riqueza dos patrões e a miséria dos operários evidenciou as contradições em uma sociedade cuja classe dominante fez a revolução empunhando as bandeiras da liberdade e da igualdade.

A Psicologia científica vai emergir no bojo dessas contradições, isto é, no momento em que a burguesia deixa de ser classe em ascensão ou revolucionária e assume o caráter de classe consolidada no poder. Nesse sentido, ao objetivar a perpetuação da estrutura existente, coloca-se não mais na linha do desenvolvimento histórico,

mas contra a própria história, por isso o seu dualismo. Diversas correntes psicológicas que se originaram a partir desse momento carregam consigo a marca dessa contradição: a negação do homem como ser histórico.

Portanto, ao contrário do homem do pré-capitalismo que se sentia em comunhão com a comunidade assumindo uma razão tipicamente contemplativa, o homem do capitalismo se recolhe ao seu antropocentrismo, passa a ver o mundo separado dele e como objeto de estudo. Separado desse mundo objetivo, o homem se vê como alguém capaz de, individualmente, buscar respostas a suas indagações, construir seu próprio conhecimento. Não é o mundo (como a *physis*) ou a entidade divina (como Deus) que, por conterem o conhecimento, dão respostas, mas é ele próprio homem quem o faz.

A maioria das teorias sobre o desenvolvimento infantil e formação da personalidade constituíram-se com base nesse referencial, tendo muitas delas sido encampadas pelas instâncias educativas da sociedade moderna, principalmente pela escola. Sem adentrar numa discussão mais aprofundada a esse respeito, que fugiria ao objetivo do artigo, apenas salientamos que Piaget, em seu livro intitulado *Psicologia e Pedagogia*, apresenta o esforço coletivo do século XX, empreendido na área da Psicologia - tanto nos Estados Unidos (William James, Dewey e Baldwin), na França (Bérgson, Binet e Pierre Janet), Suíça (Fluorny e Claparède), quanto na Alemanha (escola de Wurzburg)-, para conquistar com métodos qualitativos e quantitativos “[...] uma visão mais justa dessa verdadeira construção que é o desenvolvimento do espírito” (PIAGET, 1988, p. 149).

Ele assinala ainda que tal esforço da ciência psicológica vinculava-se com o repensar das metodologias de ensino e a contestação do método tradicional, pois “educar é adaptar o indivíduo ao meio social ambiente” (PIAGET, 1988, p. 154). Assim, demonstrar a diferença entre a criança e o adulto, determinando linhas de desenvolvimento gerais (universais) era uma empreita coletiva, no interior da psicologia burguesa. Com base nessas “diferenças” e níveis

de desenvolvimento, quase todos baseados na maturação biológica, questionavam-se os antigos métodos de ensino, pautados na transmissão verbal de conhecimentos socialmente acumulados, buscando-se métodos que considerassem o desenvolvimento natural dos indivíduos:

Ora, a adaptação é um equilíbrio – equilíbrio cuja conquista dura toda a infância e adolescência e define a estruturação própria desses períodos da existência - entre dois mecanismos indissociáveis: a assimilação e a acomodação. Diz-se, por exemplo, que um organismo é adaptado quando ele pode ao mesmo tempo conservar sua estrutura assimilando a ela os alimentos tirados do exterior e acomodar essa estrutura às diversas particularidades desse meio: a *adaptação biológica* é, portanto, um equilíbrio entre a assimilação do meio ao organismo e a acomodação deste àquele. [...] a adaptação intelectual é, então, o equilíbrio entre assimilação da experiência às estruturas dedutivas e a acomodação dessas estruturas aos dados da experiência. (PIAGET, 1988, p.156-7)

Não pretendemos aqui aprofundar a análise da Psicologia Genética de Piaget e seus desdobramentos no âmbito educacional com o construtivismo, já realizada por autores como Duarte (2000). Queremos destacar, apenas, que como quase todas as correntes da psicologia burguesa, surgidas no seu período reacionário, a Psicologia Genética mantém uma visão de homem naturalizante e a-histórica, ao descrever fases de desenvolvimento genéricas e pôr como motor do desenvolvimento a maturação biológica, a adaptação dinâmica do indivíduo ao seu meio ambiente (também a-histórico). A psicologia aplicada, por sua vez, toma como base essas linhas gerais, estruturando seus testes, instrumentos e diagnóstico para avaliar aqueles que não lograram êxito em seu processo de “adaptação”, funcionando como um mecanismo ideológico de naturalização das desigualdades sociais.

Vemos, portanto, que o deslocamento do problema da sociedade para o indivíduo, tanto em seu comportamento observável e passível de medição, quanto em seu interior emocional e/ou cognitivo, parece ser o limite dado pela prática burguesa à ciência psicológica nascente, a qual buscava não só conhecer, mas também resolver, ideologicamente, os problemas da sociedade moderna e, atualmente, pós-moderna. Essa Psicologia, no entanto, não entende o homem em sua concreticidade, isto é, como síntese de inúmeras relações sociais, que são históricas e, assim o sendo, passíveis de transformação como a própria essência humana, pois se pauta, como já demonstramos, na lógica formal ou da exclusão.

Em busca de uma *revolução metodológica*...

Podemos concluir, portanto, que, já na gênese da ciência psicológica, é notória a cisão entre a objetividade e subjetividade, tendo a psicologia aplicada ratificado essa cisão através de suas teorias e técnicas, enfatizando ora uma visão de homem natural liberal, ora romântica e idealizada, excluindo-se da análise o aspecto social, sempre considerado como uma instância que independe do sujeito. Assim, a objetividade e subjetividade, quando compreendidas como independentes, “passam a ser vistas como autônomas, com movimento próprio e natural” (GONÇALVES, 2001, p.47), o que possibilita nossa afirmação inicial de que o conceito de subjetividade – moderna e pós-moderna – é uma pseudo-concreticidade, tal como a concepção de Kosik (2002) citada no início do texto, ou seja, na qual se naturaliza e se universaliza aquilo que é social.

Assim dividida em dois grandes pólos nos quais se distribuem as inúmeras tendências dentro da psicologia - o materialismo mecanicista e o idealismo -, a psicologia se debate desde sua constituição como ciência. No entanto, como Leontiev (1978, p. 151) nos aponta “nem o materialismo mecanicista nem o idealismo estão em estado de orientar a pesquisa psicológica de maneira a criar uma ciência única da vida psíquica

do homem”. Para ele esse problema só seria resolvido por meio de uma concepção de mundo filosófica que estendesse a explicação materialista tanto aos fenômenos naturais como aos fenômenos sociais, no caso, a filosofia do materialismo histórico e dialético.

Como vimos, tendo como base essa cisão, tanto em um pólo como outro, a psicologia burguesa, traça como padrão de normalidade as características compatíveis com a perpetuação da estrutura social existente e, a partir desse modelo, define também seus critérios de anormalidade.

Para Luria (1979), foi Vigotski que apontou como tarefa principal da ciência psicológica a superação dessa dicotomia. Segundo ele, a psicologia científico-natural seguia um caminho correto ao observar o todo complexo como composto de partes simples, no que diz respeito às funções elementares, mas cometia um grave erro ao decompor as formas complexas de conduta em elementos mais simples, que perdiam desse modo as características da totalidade, pois, “por trás de todas as funções superiores e suas relações estão relações geneticamente sociais, relações reais das pessoas” (VIGOTSKI, 2000, p.26). A questão estava, então, na aproximação equivocada do problema teórico subjacente à constituição da consciência ou subjetividade humana.

A consciência nunca foi um “estado interior” primário da matéria viva; os processos psicológicos surgem não no “interior” da célula viva, mas em suas relações com o meio circundante, na fronteira entre o organismo e o mundo exterior, e ela assume as formas de um reflexo ativo do mundo exterior que caracteriza toda atividade vital do organismo. À medida que a forma de vida se torna mais complexa, com uma mudança no modo de existência e com o desenvolvimento de uma estrutura mais complexa dos organismos, estas formas de interação com o meio ou de reflexo ativo mudam; todavia, os traços básicos desse reflexo, bem como suas formas básicas tais como foram estabelecidas no processo da história social, devem ser

procurados não no interior do sistema nervoso, mas nas relações concernentes à realidade, estabelecidas em estágios sucessivos de desenvolvimento histórico. (LURIA, 1998, p.194)

Assim, diferenças na atividade psicológica são determinadas por formas diversas de existência, ou seja, para Vigotski, ao partir de uma posição metodológica coerente com a filosofia marxista, a consciência é entendida como a “vida tornada consciente”. Parafrazeando Marx, “a natureza psicológica da pessoa é o conjunto das relações sociais, transferidas para dentro e que se tornaram funções da personalidade e formas da sua estrutura” (VIGOTSKI, 2000, p.27).

De acordo com Vigotski (apud LURIA, 1998), nos primeiros estágios de formação da consciência o papel principal em sua estrutura é desempenhado pelas impressões emocionais diretas e nos estágios posteriores o papel decisivo é assumido primeiramente pela percepção complexa e manipulação com objetos e, por último, por um sistema de códigos abstratos, baseado na função abstrativa e generalizadora da linguagem. Nesse processo fica evidente o papel representado pela fala exterior na formação da atividade humana consciente e, posteriormente, pela fala interior, por meio da qual uma pessoa é capaz de analisar a situação, distinguir seus componentes e formular programas de ações necessárias. Assim,

Ao refletir o mundo exterior, indiretamente, através da fala, a qual desempenha um papel profundo não apenas na codificação e decodificação das informações, como também na regulamentação de seu próprio comportamento, o homem é capaz de executar tanto a mais simples forma de reflexão da realidade como as mais altas formas de regulamentação de seu próprio comportamento. (LURIA, 1998, p.221)

Esses autores, portanto, longe de lidar com a lógica formal, na medida em que por um pressuposto de identidade essa lógica baseia-se na exclusão de um dos termos, procuram através

da lógica dialética entender a relação da objetividade e subjetividade.

O que a Psicologia Histórico-Cultural estabelece é a relação de reciprocidade entre a subjetividade e objetividade, isto é, para a compreensão do mundo interno há que se compreender o mundo externo, as mediações sociais que expressam a constituição do que é particular. Assim, “escapando da armadilha do dualismo”, procura demonstrar o “mecanismo mediador que explique a conversão do social em pessoal sem tirar o indivíduo de sua singularidade”, isto é, a *mediação semiótica* (SIRGADO, 2000, p. 53). Tal relação de reciprocidade permite a compreensão do homem em sua totalidade, em um processo de constante transformação externa, como produtor da história que se manifesta na criação e aperfeiçoamento de instrumentos, e interna, na “impressão” dessa história coletiva em cada indivíduo particular, com a apropriação dos signos culturais que possibilitam o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

A subjetividade humana, portanto, que se constitui na consciência no sentido dado pela Psicologia Histórico-cultural, é a objetivação do homem como ser social em sua essência. Mas, para que esse homem (genericamente falando) atinja o máximo de desenvolvimento alcançado pela espécie, é necessário que os entraves colocados pelo capital sejam revolucionados, pois na sociedade capitalista “todo passo novo para a conquista da natureza pelos seres humanos, todo novo patamar de desenvolvimento da força produtiva da sociedade, não só não elevou a humanidade como um todo, e cada personalidade humana individual, para um nível mais alto, mas conduziu a uma degradação mais profunda da personalidade humana e de seu potencial de crescimento” (VYGOTSKI, 1930).

Nesse sentido, faz-se necessária uma Psicologia metodologicamente unificada (ou Geral, nos dizeres de Vigotski), capaz de fazer frente à degradação e corrupção do homem, que não se constitua em mais uma ideologia mantenedora dessa sociedade, pois quando a Psicologia fragmenta a consciência do homem,

cindindo-o em sua subjetividade e objetividade, produz e sustenta a consciência alienada que “pensa ser algo que não é”, pois o próprio conceito que explica o homem (sua consciência ou subjetividade) não passa de uma pseudo-concreticidade, ao abstrair o homem da sociedade da qual ele é produto e produtor.

Assim, quando pressupomos a existência do homem real concreto (em oposição ao *abstrato* da Psicologia burguesa) que se constitui na sua relação com o mundo, a intervenção psicológica não se deve basear só na cura, mas também na prevenção das doenças psíquicas, a qual se constitui na transformação das circunstâncias que produzem o adoecer. O trabalho do psicólogo tem implicações éticas e políticas que tanto podem ratificar o *status quo* na sociedade, como possibilitarem uma ação transformadora que permita a ação consciente do homem sobre o mundo.

Se desde sua origem como ciência, coube à Psicologia a *moralização dos indivíduos* ou a *pacificação dos intransigentes*, o que propomos é uma psicologia comprometida com a transformação do atual estado de coisas, uma psicologia que compreenda o homem, sua subjetividade e consciência, alienada ou não, como produto da história da humanidade. Para isso é necessário se opor, por princípio, aos paradigmas pós-modernos, adotando uma posição política, desenvolvendo uma frente de resistência à barbárie, buscando a garantia de superação das objetivações cotidianas e *aparentes*, muitas vezes *desumanizadoras*, isto é, a superação da *pseudo-concreticidade* na Psicologia.

REFERÊNCIAS

- DUARTE, N. *Vigotski e o “aprender a aprender”*. Campinas: Autores associados, 2000.
- DUARTE, N. A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. In: DUARTE, N. (Org.). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas: Autores associados, 2004.
- FERREIRA, A.B.H. *Novo Aurélio Eletrônico – dicionário de língua portuguesa*. Século XXI, Lexikon Informática, Ltda., Versão 3.0, Nova Fronteira, nov., 1999.
- FIGUEIREDO, L.C.; SANTI, P.L. R. *Psicologia uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência*. 2.ed. São Paulo: EDUC-PUC, 2004.
- GONÇALVES, M.G.M. A Psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In: BOCK, A.M.B.; GONÇALVES, M.G.M.; FURTADO, O. (Org.) *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001, p.15 -35.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- LEFEBVRE, H. *Lógica formal, lógica dialética*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- LURIA, A.R. *El cerebro humano y los procesos psíquicos: análisis neuropsicológico de la actividad consciente*. Barcelona: Editorial Fontanella, 1979.
- LURIA, A.R. O cérebro humano e a atividade consciente. In: VIGOTSKII, L.; LURIA, A.; LEONTIEV, A. *Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 1998, p.191-227.
- PIAGET, J. *Psicologia e pedagogia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.
- SAVIANI, D. *Do senso comum à consciência filosófica*. 15.ed. Campinas: Autores Associados, 2004.
- SAVIANI, D. Perspectiva marxiana do problema subjetividade–intersubjetividade. In: DUARTE, Newton (Org.). *Crítica ao fetichismo*

da individualidade. Campinas: Autores Associados, 2004, p.21-52.

SIRGADO, A.P. O social e o cultural na obra de Vigotski. In: *Revista Educação & Sociedade*. Campinas: Cedes, n.71, 2000, p.45-78.

VIGOTSKI, L.S. O Manuscrito de 1929. In: *Revista Educação & Sociedade*. Campinas: Cedes, n.71, 2000, p.21-44.

VIGOTSKI, L.S. *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VYGOTSKY, L.S. *A transformação socialista do homem*. URSS: Varnitso, 1930. Tradução Marxists Internet Archive, english version, Nilson Dória, Julho de 2004. Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: 10 mar. 2006.

Recebido em 21/5/2007 e aceito para publicação em 15/8/2007.

